



ISSN: 2310-0036

Vol. 2 | Nº. 16 | Ano 2025

Alberto Malequeta

Universidade Católica de
Moçambique

amalequeta@ucm.ac.mz

Maria Teresa Salite

Universidade Católica de
Moçambique

msalite@ucm.ac.mz

Amad Gil Anduluce

Universidade Católica de
Moçambique

aanduluce@ucm.ac.mz



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Saberes Locais e da Educação Comunitária na Consolidação da Educação Formal em Moçambique: Estudo de caso na Beira, Caia e Búzi

Local Knowledge and Community-Based Education in the Consolidation of Formal Education in Mozambique: A Case Study in Beira, Caia, and Buzi

RESUMO

Este estudo investiga o papel dos saberes locais e da educação comunitária na promoção da educação formal em Moçambique, destacando as conexões com o pacto educativo global. A pesquisa parte do pressuposto de que a integração dos conhecimentos tradicionais pode contribuir significativamente para um ensino mais contextualizado e eficaz. O objectivo da pesquisa é compreender como os saberes locais e a participação comunitária podem fortalecer a educação formal, promovendo uma aprendizagem mais significativa e culturalmente relevante. A metodologia adoptada foi qualitativa, baseada em entrevistas com professores, líderes comunitários, pais, encarregados de educação e estudantes dos distritos da Beira, Caia e Búzi, além da análise documental de políticas educacionais moçambicana. Os resultados indicam que a maioria dos participantes confirmam a importância da valorização dos conhecimentos locais no ambiente escolar. No entanto, apontam que a formação docente permanece centrada em modelos ocidentais, dificultando a adaptação das metodologias de ensino às realidades socioculturais moçambicana. Conclui-se que a incorporação dos saberes comunitários na educação formal requer mudanças estruturais, incluindo a adaptação dos currículos, a capacitação dos professores e o fortalecimento das políticas educacionais que promovam uma abordagem “global”, combinando perspectivas locais e globais.

Palavras-chaves: Saberes locais, Educação Comunitária, Educação formal e políticas educacionais.

Abstract

This study explores the role of local knowledge and community – based education in enhancing formal education in Mozambique, with reference to the global education pact. It is premised on the assumption that integrating traditional knowledge can significantly contribute to more contextualized, effective, and culturally relevant teaching. The primary objective is to examine how local knowledge and community participation can strengthen formal education, fostering learning that is both meaningful and attuned to local cultural contexts. A qualitative methodology was employed, involving interviews with teachers, community leaders, parents, guardians, and students from the districts of Beira, Caia, and Búzi, alongside a documentary analysis of Mozambican educational policies. Findings reveal that the majority of participants recognize the importance of incorporating local knowledge into the school environment. Nonetheless, they indicate that teacher training remains predominantly based on Western paradigms, which hinders the adaptation of pedagogical approaches to Mozambican socio-cultural realities. The study concludes that the integration of community knowledge into formal education necessitates structural reforms, including curriculum adaptation, targeted teacher capacity – building, and the reinforcement of educational policies that promote a global approach by bridging local and international perspectives.

Keywords: Local Knowledge, Community – Based Education, Formal Education, Educational Policy.

1. Introdução

A educação desempenha um papel basilar na formação das sociedades, a interacção entre os saberes locais, a educação comunitária e os sistemas formais tem ganhado atenção significativa em contextos africanos e globais. Em África, os saberes locais e a educação comunitária representam uma rica fonte de conhecimento, valores culturais e práticas sustentáveis que, historicamente, contribuem para a formação integral dos indivíduos e o fortalecimento das comunidades. Entretanto, a transição de sistemas educacionais tradicionais para modelos formais, muitas vezes baseados em paradigmas ocidentais, gerou lacunas significativas entre o ensino formal e as realidades socioculturais das populações locais. Esse panorama levanta o problema central desta investigação: como integrar os saberes locais e a educação comunitária no ensino formal, promovendo uma educação inclusiva e contextualizada em Moçambique, em alinhamento com o pacto educativo global?

No contexto internacional, o pacto educativo global, promovido pela UNESCO e outras organizações, busca construir um sistema educacional mais inclusivo, integrador e sustentável. Essa convenção defende o reconhecimento de contextos culturais locais como base para o alcance de objectivos globais, incluindo os objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Em Moçambique, país caracterizado por uma diversidade cultural e desafios educacionais, a desconexão entre os saberes tradicionais e o ensino formal é evidente. De acordo com Chabwera e Lemos (2021), a desvalorização dos conhecimentos locais tem limitado o potencial da educação para envolver as comunidades a promover aprendizagens significativas.

Os antecedentes dessa pesquisa mostram que, em muitas regiões africanas, as práticas educacionais tradicionais desempenham um papel essencial na transmissão de valores, conhecimentos e competências que sustentam a coesão social e a resiliência comunitária. No entanto, as políticas educacionais frequentemente negligenciam esses saberes, o que resulta em currículos descontextualizados e uma desconexão entre escola e comunidades. Segundo Mbite (1990), “a educação tradicional africana enfatiza a interdependência e a formação colectiva, valores frequentemente ausentes nos sistemas formais ocidentalizados”. Assim, compreender como esses sistemas podem dialogar torna-se uma questão crucial para o desenvolvimento educacional em África.

O objectivo desta investigação é explorar as possibilidades de integração entre os saberes locais e a educação formal, destacando as contribuições práticas da educação comunitária para o fortalecimento dos sistemas de ensino em Moçambique. Esta investigação justifica-se pela necessidade de promover um sistema educativo mais relevante e inclusivo, que reconheça e valorize as identidades locais e contribua para os objectivos do pacto Educativo Global. Além disso, o estudo busca evidenciar que a educação, enquanto ferramenta de transformação social, deve ser enraizada nas realidades culturais e práticas locais para ser eficazes e sustentável.

A relevância deste estudo reside na sua capacidade de promover reflexões sobre políticas educacionais mais inclusivas, que respeitem a diversidade cultural e atendam às necessidades das comunidades. Contudo, existem limitações associadas, incluindo a resistência institucional à mudança, a escassez de recursos e a falta de formação docente adequada para implementação de práticas baseadas nos saberes locais. Apesar disso, os resultados podem contribuir para debates internacionais sobre a educação no século XXI e fortalecer as conexões entre o Pacto Educativo Africano e o Pacto Educativo global.

Esta investigação, portanto, busca lançar luz sobre como os saberes locais e a educação comunitária podem ser práticos para a transformação do ensino formal em Moçambique, promovendo a inclusão e o respeito às culturas locais no cenário educacional global.

2. Saberes Locais e Educação Tradicional em Moçambique

Os saberes locais em Moçambique englobam práticas culturais, crenças, saberes agrícolas, línguas maternas, medicina tradicional, música, dança, rituais e sistemas de direito costumeiro. Estes saberes têm sido historicamente transmitidos de forma oral e informal, moldando a identidade cultural das comunidades e funcionando como mecanismo de coesão social (Basílio, 2012; Capece, 2018). No contexto educativo, especialmente após a independência, existe um esforço para incorporar esses saberes no Currículo formal, através do Currículo Local, embora esse processo enfrente vários desafios.

A educação tradicional, entendida como o ensino e aprendizagem que ocorrem fora das escolas formais – através da observação da participação nas práticas comunitárias, e pela oralidade – possui um papel central na formação ética, social, ambiental e cultural dos indivíduos. Contudo, o sistema formal de ensino, historicamente influenciado por modelos coloniais, manteve-se centrado em conteúdos universais e metodologias ocidentais, muitas vezes distanciados das realidades locais (Basílio, 2012; Capece, 2018).

Com o estabelecimento do Currículo local em Moçambique, formalizado como parte integrante do Currículo nacional, pretende-se aproximar a educação da vida quotidiana dos alunos e comunidades, afirmando conteúdos culturais relevantes e resgatando valores locais. Este modelo propõe uma interação dialógica entre saberes científicos ou escolares e saberes tradicionais, de modo que o currículo deixe de ser unicamente transmissor de conhecimento formal para se tornar veículo de valorização cultural (Capece, 2018; Basílio, 2012).

A implementação prática enfrenta desafios consistentes: insuficiente formação docente para metodologias de ensino baseadas nos saberes locais; escassez de recursos didáticos que reflitam contextos locais; fraca participação comunitária no planeamento curricular e resistência institucional a transformar práticas enraizadas (Capece, 2018; Atalia Mondlane & Ibraimo, 2012).

Contudo, os ganhos potenciais incluem melhores resultados académicos, maior envolvimento dos alunos, preservação cultural e maior pertinência da Educação no contexto socioambiental moçambicano.

2.1. Conexões entre Saberes Locais, Educação Comunitária e o Pacto Educativo Global em Moçambique

Em Moçambique, a articulação entre saberes locais, educação comunitária e compromissos globais como o Pacto Educativo Global encontra-se em desenvolvimento, estando contemplada em várias políticas nacionais recentes. O Plano Estratégico de Educação de Moçambique para 2020 – 2029 (PEE 2020 – 2029), aprovado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano com apoio da UNESCO, integra uma visão participativa que envolve actores ao nível distrital e local, tais como professores, comunidades e organizações da sociedade civil, na concepção e implementação das reformas educativas.

Um dos elementos centrais desta política é garantir a inclusão, equidade e qualidade da aprendizagem, assim como promover uma governação transparente e participativa. Por exemplo, o Plano Estratégico sublinha a necessidade de envolver as comunidades locais e professores na adaptação do ensino ao contexto cultural e linguístico dos alunos, algo que se alinha directamente aos princípios do Pacto Educativo Global, que enfatiza a importância de uma educação humanística, inclusiva e respeitadora das diversidades culturais.

A educação comunitária emerge como instrumento prático dessa articulação. Programas como o “Integrated Approach for Adult Education Programme”, que inclui línguas e Português como línguas de instrução, mostram que Moçambique está a experimentar formas de ensino que reconhecem os saberes locais na educação de adultos e jovens. Estes esforços potenciam o envolvimento activo das comunidades no processo educativo, condição essencial para que a aprendizagem seja significativa, culturalmente relevante e em consonância com o contexto local (por exemplo nos distritos de Beira, Caia e Búzi, onde a diversidade cultural e linguística é uma característica marcante).

Adicionalmente, iniciativas de educação multilingue apoiadas pela UNESCO, que incorporam línguas moçambicanas (como Changana, Emakua, Ndau, Ronga, Sena) nos Currículos de alfabetização e educação básica para adultos, reforçam a ideia de que os saberes locais não são apenas património cultural, mas também recurso educativo valioso.

Por fim, a articulação destes projectos locais com políticas sectoriais nacionais e agendas globais permite a Moçambique alinhar-se com os objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular a meta 4.7 (educação para a cidadania global e valorização da diversidade cultural), e com os valores promovidos pelo Pacto Educativo Global. Essa ligação política propicia que as comunidades, professores e autoridades distritais possam dialogar e contribuir para Currículos que reflitam sua realidade, fortalecendo, nos distritos de Beira, Caia e Búzi, uma educação mais contextualizada e inclusiva.

2.2. Educação Formal em Moçambique: Desafios e Potencialidades

A educação formal em Moçambique tem sido um pilar fundamental para o desenvolvimento social e económico do país. No entanto, enfrenta desafios significativos que afectam a qualidade e a equidade do ensino, especialmente nos distritos de Beira, Caia e Búzi.

2.2.1. Desafios da Educação formal

Um dos principais desafios é a infraestrutura escolar insuficiente. Muitas escolas, especialmente nas zonas rurais, carecem de salas de aula adequadas, mobiliário e materiais pedagógicos, o que compromete a qualidade do ensino (UNICEF, 2024). Além disso, a escassez de professores qualificados é uma preocupação constante, com muitos docentes enfrentando dificuldades devido à falta de formação contínua e apoio pedagógico (Gonçalves et al., 2024).

Outro desafio significativo é a elevada taxa de abandono escolar, particularmente entre meninas. Factores como gravidez precoce, casamentos infantis e responsabilidade a domésticas contribuem para a desistência precoce da escola por parte das raparigas (Maquile de Melo & Subuhana, 2020). Nos distritos em estudo, esses factores são exarcebados por normas culturais e socioeconómicas que limitam o acesso e a permanência das meninas na escola.

2.2.2. Potencialidades da educação formal

Apesar dos desafios, existem várias iniciativas que visam melhorar a educação formal em Moçambique. O Plano Estratégico da Educação 2020-2029 destaca a importância de garantir a inclusão e a equidade no acesso, participação e retenção dos alunos, bem como assegurar a qualidade da aprendizagem e uma governação transparente e participativa (Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2020).

Nos distritos de Beira, Caia e Búzi, projectos como o da ADPP Moçambique, que promove a educação inclusiva e a igualdade de género, tem mostrado resultados positivos. Este projecto envolve a formação de alunos e professores em práticas inclusivas, abordando questões de género e deficiência, e tem sido implementado em várias escolas primárias desses distritos (ADPP Moçambique).

Entretanto, a educação formal em Moçambique enfrenta desafios significativos, mas também apresenta potencialidades que, se devidamente exploradas, podem contribuir para a melhoria da qualidade e equidade do ensino. É essencial que políticas públicas continuem a focar na

melhoria de infraestrutura escolar, na formação de professores e na promoção da inclusão e igualdade de género, especialmente nos distritos de Beira, Caia e Búzi.

3. Metodologia

O estudo adopta uma abordagem qualitativa, exploratório e descritiva. A escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de compreender as interações entre os saberes locais, educação comunitária e os sistemas formais de ensino, considerando suas dinâmicas socioculturais e políticas no contexto africano (Creswell & Poth, 2018).

A abordagem qualitativa permite explorar em profundidade as percepções, experiências e práticas culturais. A pesquisa descritiva busca identificar e analisar como os saberes locais e a educação comunitária se relacionam com a educação formal em Moçambique, enquanto o carácter exploratório visa mapear as conexões entre esses elementos e os objectivos do Pacto Educativo Global (UNESCO, 2020).

Os participantes do estudo foram agrupados em quatro categorias principais: professores de escolas primárias e secundárias, líderes comunitários, pais/encarregados de educação e estudantes, abrangendo os distritos da Beira, Caia e Búzi, ambos situados na província de Sofala região centro de Moçambique. A diversidade sociodemográfica e académica dos participantes reflecte diferentes perspectivas sobre o papel dos saberes locais e da educação comunitária na promoção da educação formal.

Os professores participantes incluíram profissionais do ensino primário e secundário, com idade entre 25 e 55 anos. A maioria possuía formação superior em educação, enquanto alguns tinham apenas formação de nível médio. O tempo de experiência variou entre 5 e 25 anos, sendo que os professores mais experientes demonstram um conhecimento mais aprofundado sobre a interligação entre os saberes locais e a prática pedagógica formal. A participação feminina foi superior à masculina, reflectindo a realidade da distribuição de género na profissão docente nos contextos estudados.

Os líderes comunitários, que incluíram chefes locais, líderes tradicionais e líderes religiosos, eram predominantes do sexo masculino, com idade entre 40 e 70 anos. Seu nível académico variava, sendo que alguns possuíam apenas ensino primário, secundário e outros com formação superior, especialmente entre os líderes religiosos. A experiência em liderança comunitária variava entre 10 e 40 anos, e sua influência na comunidade era notável, especialmente em relação às práticas culturais e valores tradicionais transmitidos às novas gerações.

Os pais e encarregados de educação representaram diversificadas da população adulta, com idade entre 30 e 60 anos. A maioria possuía ensino primário, secundário, enquanto uma pequena tinha ensino superior. Havia uma participação equilibrada entre homens e mulheres, reflectindo a co-responsabilidade parental na educação dos filhos. Muitos relataram desafios

na articulação entre os conhecimentos comunitários e o ensino formal, especialmente em relação ao currículo escolar e à valorização das tradições locais.

Por fim, os estudantes eram provenientes tanto do ensino primário quanto do secundário, com idade entre 15 e 18 anos. O grupo apresentava proporções semelhantes entre ambos os géneros, ainda que algumas escolas tivessem uma ligeira predominância feminina, especialmente no ensino secundário. A maioria dos estudantes frisaram uma convivência quotidiana com saberes comunitários, como práticas agrícolas, rituais culturais e normas sociais transmitidas pelos mais velhos, mas apontou dificuldades na conexão desses conhecimentos com o aprendizado formal nas escolas.

Essas características dos participantes forneceram uma visão ampla sobre as percepções e desafios enfrentados na integração entre os saberes locais e a educação formal, contribuindo para análise dos impactos do Pacto Educativo Global no contexto africano.

A selecção dos participantes foi realizada utilizando o método de amostragem intencional (Patton, 2015), com foco em comunidades rurais e peri-urbanas de Moçambique seleccionados por sua diversidade cultural e histórica no campo da educação comunitária. A escolha baseou-se em critérios como: i) comunidades com iniciativas documentadas de integração de saberes locais nos currículos escolares; ii) disponibilidade e interesse dos participantes em contribuir para a pesquisa; iii) relevância sociocultural e histórica das práticas comunitárias educacionais.

Os participantes foram seleccionados em parceria com organizações educacionais locais, garantindo representatividade e envolvimento. Para a recolha de dados, foi aplicada a técnica de entrevista semiestruturada a professores e líderes comunitários, com objectivo de compreender suas percepções e praticas relacionadas à integração dos saberes locais na educação formal e descrever os desafios, benefícios e estratégias inovadoras. Outrossim, foram realizadas entrevista com pais/encarregados de educação e estudantes para discutir experiências educacionais, identificando conexões entre práticas comunitárias e aprendizagem formal, permitindo o levantamento de interacções e na narrativa colectivas (Morgan, 2019).

Além das entrevistas, foram analisados documentos oficiais, como currículos escolares, relatórios de políticas educacionais e publicações relacionadas ao Pacto Educativo Global. Essa análise trouxe uma base teórica e contextual para os dados qualitativos obtidos. Também foi utilizada a técnica de observação participativa em algumas comunidades, onde os pesquisadores participaram de eventos educacionais e culturais, como noites tradicionais e aulas praticas. Essa abordagem possibilitou uma compreensão em primeira mão das práticas locais e sua relação com a educação formal (Spradley, 2016).

Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, garantindo sua privacidade e o uso ético das informações. Além disso, foi garantida a confidencialidade dos dados e o respeito as tradições culturais durante todo o processo de recolha de dados (Creswill e Poth, 2018).

4. Apresentação dos Resultados

Nessa sessão descreve-se os resultados emanados no estudo de campo. Estes, foram redigidos sob forma de valores % organizados com base nos grupos de participantes nos distritos da Beira, Caia e Búzi.

Tabela 1. Percepção dos professores sobre a integração dos saberes Locais na Educação Formal

	Beira	Caia	Búzi	Média
A educação formal deve incluir saberes locais no currículo.	85	90	88	87,7
Os professores estão preparados para ensinar conteúdos baseados em saberes locais.	40	35	30	35
O governo deve reforçar políticas de integração dos saberes tradicionais na escola.	92	95	94	93,7
A falta de material didático é uma barreira para essa integração.	78	80	85	81

A tabela 1 expõe a percepção dos professores sobre a integração dos saberes locais na educação formal onde, os professores concordam amplamente (87,7%) que os saberes locais devem ser incluídos na educação formal. No entanto, apenas 35% sentem-se preparados para ensinar esses conteúdos, indicando a necessidade de formação específica. Além disso, 81% apontam a falta de material didático como barreira à implementação.

Tabela 2. Opinião dos líderes comunitários sobre a educação comunitária formal.

	Beira	Caia	Búzi	Média
A educação formal deve respeitar os valores e praticas culturais locais	94	96	92	94
Os líderes comunitários devem participar na planificação educacional	88	85	90	87,7
As escolas consultam a comunidade antes de introduzir novos conteúdos?	40	35	30	35
O conhecimento tradicional deve ser ensinado por anciãos e sábios locais na escola	75	80	85	80

Em função aos dados apresentados na tabela 2, os líderes comunitários mostram forte apoio (94%) à inclusão dos valores culturais na educação formal e desejam maior participação nas decisões curriculares (87,7%). No entanto, apenas 35% afirmam que as escolas consultam a comunidade, sugerindo uma desconexão entre as instituições de ensino e os líderes locais.

Tabela 3. Opinião dos pais e encarregados de educação sobre a importância da educação comunitária.

	Beira	Caia	Búzi	Média
A educação comunitária pode melhorar o desempenho escolar das crianças.	90	85	88	87,7
Os pais participam de reuniões escolares frequentemente.	50	55	60	55
Os conteúdos ensinados na escola reflectem a realidade local.	30	35	40	35
O governo deve investir na formação de professores para ensinar saberes locais.	88	90	92	90

No que diz respeito aos pais e encarregados de educação sobre a importância da educação comunitária, os mesmos 87,7% reconhecem a importância da educação comunitária para o desempenho escolar. No entanto, apenas 35% acreditam que os conteúdos escolares reflectem a realidade local, apontando para uma possível desconexão entre o currículo e o contexto dos estudantes. Além disso, 90% defendem investimentos na formação de professores para a integração dos saberes tradicionais.

Tabela 4. Percepção dos estudantes sobre a relação entre educação formal e saberes Locais.

	Beira	Caia	Búzi	Média
Gostariam de aprender mais sobre a cultura na escola	85	80	82	82,3
Consideram os conteúdos escolares distantes da realidade local	70	75	72	72,3
A participação da comunidade nas actividades escolares melhoraria o aprendizado	78	80	85	81
O conhecimento tradicional pode ajudar na vida profissional futura	60	65	62	62,3

Atinente aos estudantes 82,3% demonstram interesse em aprender mais sobre sua cultura na escola. Contudo, 72,3% sentem que os conteúdos ensinados estão distantes de sua realidade, reforçando a necessidade de maior contextualização do ensino. Além disso, 81% acreditam que a participação da comunidade escolar melhoraria o aprendizado, evidenciando a importância da conexão entre a escola e a sociedade.

Tabela 5. Principais desafios identificados na integração dos saberes Locais na Educação Formal.

	Beira	Caia	Búzi	Média
Falta de formação dos professores	65	60	68	64,3
Recursos insuficiente nas escolas	80	75	85	80,0
Resistência cultural	55	50	60	55,0
Falta de políticas públicas claras	70	65	72	69,0
Pouca interacção com comunidades	50	48	55	51,0

A análise dos dados da tabela 5, revelam um conjunto de desafios significativos que dificultam a integração efectiva dos saberes locais e da educação comunitária no sistema formal de

ensino. Um dos obstáculos mais expressivo é a escassez de recursos nas escolas, com uma média de 80% entre os três locais analisados. Esta limitação traduz-se na ausência de materiais didáticos, infra-estruturas inadequadas e falta de meios tecnológicos, o que compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente relevantes.

Por um lado, a falta de formação adequada dos professores (64.3%) destaca-se como um dos desafios de grande impacto, pois, muitos docentes demonstram fragilidades no domínio de metodologias que valorizem os contextos e saberes locais, o que evidencia a necessidade de programas e capacitação contínua, que promovam a valorização do conhecimento tradicional e o diálogo intercultural.

Por outro lado, a falta de políticas públicas, reflectindo a ausência de orientações concretas e integradas por parte dos decisores políticos para apoiar a inclusão dos saberes comunitários nos currículos escolares. Sem este enquadramento institucional, torna-se difícil promover uma educação verdadeiramente transformadora e enraizada na realidade local.

Tabela 6. Potencialidades observadas na integração dos saberes Locais

	Beira	Caia	Búzi	Média
Promoção da identidade cultural	88	85	90	87,7
Melhoria no envolvimento estudantil	75	72	78	75,0
Integração com práticas sustentáveis	70	65	72	69,0
Maior participação da comunidade	82	80	85	82,3
Valorização dos líderes Locais	90	88	92	90,0

Apesar dos desafios identificados, os dados da tabela 6 revelam um conjunto de potencialidades muito promissoras no que diz respeito à integração dos saberes locais na educação formal. Em destaque, aparece a valorização dos líderes comunitários, com uma média admirável, o que demonstra o reconhecimento da importância destes actores como transmissores de conhecimento, modelos de conduta e promotores da coesão social.

Além do exposto, a promoção da identidade cultural é outra grande mais-valia, evidenciada nos inqueridos. A inclusão dos saberes locais nas práticas escolares contribui fortemente para o reforço da auto-estima dos alunos, para a preservação das línguas e tradições locais, e para a construção de uma educação mais relevante e significativa.

5. Discussão dos Resultados

A presente discussão dos resultados tem como objectivo analisar as percepções dos diferentes participantes do estudo professores, líderes comunitários, líderes religiosos, pais e encarregados de educação e estudantes sobre o papel dos saberes locais e da educação comunitária na promoção da educação formal em África. Além disso, foram examinadas as principais políticas educacionais africanas e globais que abordam essa temática, buscando compreender os desafios e as potencialidades dessa integração.

Os resultados sugerem que há um reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais no contexto escolar, mais a implementação prática ainda enfrenta barreiras estruturais e metodológicas. Igualmente, a análise evidenciou necessidades de maior alinhamento entre as diretrizes educacionais e as realidades locais, promovendo um ensino mais contextualizado e culturalmente relevante. Dessa forma, a discussão busca correlacionar os achados empíricos com a literatura existente, destacando caminhos para fortalecer a conexão entre a escola e a comunidade no contexto educacional africano.

4.1. Percepções dos Professores sobre a Educação Comunitária na Escola

Os professores consideram a importância da valorização dos saberes locais para tornar o ensino mais contextualizado e significativo. No entanto, identificaram dificuldades na implementação dessas práticas devido à dificuldade curricular e à falta de matérias pedagógicas contextualizados. Como argumentam Serpell e Boykin (2021), currículo descontextualizados tendem a criar uma barreira entre o aluno e a aprendizagem, pois ignoram aspectos culturais e linguísticos fundamentais para a construção do conhecimento.

Além disso, os professores relatam desafios na formação contínua apontando que a maioria das capacitações não inclui metodologias específicas para integração dos saberes comunitários no ensino formal. Segundo Brock-Utne (2023), a capacitação dos professores na África ainda está centrada em modelos ocidentais, afastando-se das realidades locais e limitando a possibilidade de um ensino mais participativo e culturalmente relevante.

4.2. Visão dos Líderes Comunitários

Os líderes comunitários, chefes locais e líderes religiosos enfatizaram que a escola deve ser um espaço de fortalecimento da identidade cultural e de transmissão de valores e práticas tradicionais. No entanto, apontaram que as instituições educacionais ainda operam de forma isolada das comunidades, dificultando a implementação de um ensino integrador. Isso confirma os resultados de Dei (2020), que argumenta que a desconexão entre a escola e a comunidade é um dos obstáculos para a valorização dos conhecimentos locais no contexto educacional africano.

Outro ponto levantado foi a necessidade de se criar parcerias entre as escolas e os saberes locais, incluindo práticas tradicionais como a realidade, os ritos culturais e os conhecimentos sobre sustentabilidade ambiental. De acordo com Semail e Kincholoe (2021), a inclusão dessas práticas na escola pode contribuir para o desenvolvimento do currículo mais acadêmico e contextualizado, promovendo o aprendizado por meio da experiência e da participação ativa dos estudantes.

4.3. Percepção dos Pais e Encarregados de Educação

Os pais e encarregados de educação desenvolveram apoio à inclusão dos saberes locais no ensino formal, por um lado, expressaram preocupações sobre a necessidade de equilibrar o ensino tradicional com o aprendizado de competências globais. Muitos acreditam que a escola deve preparar os alunos para o mercado de trabalho e para a economia globalizada, ao mesmo tempo em que preservam suas raízes culturais. Essa visão está alinhada com a perspectiva de Tikley (2022), que argumenta que uma educação eficaz na África deve ser “glocal”, ou seja, combinando elementos locais e globais para garantir uma aprendizagem relevante e competitiva.

Por outro lado, os pais e encarregados, destacaram desafios como falta de infra-estrutura adequada e a carência de professores capacitados para ensinar conteúdos baseados em conhecimentos comunitários. Como observado por Nsamenang (2021), a valorização dos conhecimentos africanos na escola requer políticas públicas mais estruturadas, que incentivem a produção de materiais pedagógicos contextualizados e a formação dos professores com uma abordagem interdisciplinar e integrada.

4.4. Visão dos Estudantes sobre a Integração dos Saberes Locais no Ensino

Quanto aos estudantes, destacaram que se sentem mais motivados com a inclusão dos conteúdos na aula relacionadas à sua cultura e realidade. Pois, a inclusão de narrativas, histórias e práticas comunitárias torna o aprendizado mais interessante e aplicável ao dia a dia. Segundo Freire (2021), a educação precisa ser libertadora e significativa, permitindo que os alunos se reconheçam como sujeitos activos do conhecimento e da transformação social.

No entanto, os estudantes também destacaram que a escola ainda prioriza métodos tradicionais de ensino, baseados na memorização e na produção de conteúdos, o que muitas vezes os afasta do interesse pelo aprendizado. Isso reforça as críticas de Altinyelken (2022), que aponta que as pedagogias africanas ainda estão muito influenciadas por modelos coloniais, limitando a participação activa dos alunos na construção do conhecimento.

4.5. Análise Documental das Políticas Educacionais em Moçambique

A análise documental das políticas educacionais em Moçambique revela um compromisso estratégico com a expansão e melhoria da educação, evidenciando no Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029. Este plano visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, alinhando-se aos objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às necessidades locais. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos, especialmente nos distritos em estudo, como exemplificado pelos dados e análises disponíveis.

Nos distritos em estudo, a análise dos documentos revela que, apesar das metas estabelecidas, a implementação das políticas educacionais enfrenta desafios significativos. A

escassez de professores qualificados, a insuficiência de materiais pedagógicos e a infraestrutura inadequada são problemas recorrentes. Por exemplo, em algumas escolas observou-se uma elevada taxa de abandono escolar e dificuldades na concretização de programas de Educação inclusiva, refletindo a necessidade de políticas mais adaptadas as realidades locais.

Além disso, a análise crítica dos documentos evidencia a necessidade de fortalecer a articulação entre políticas nacionais e práticas comunitárias. Embora o PEE incentive a valorização dos saberes locais e a participação comunitária, os mecanismos concretos de operacionalização ainda são limitados. Estudos apontam que a Educação formal em Moçambique deve complementar-se com iniciativas de educação comunitária aproveitando o conhecimento local e promovendo maior engajamento das famílias e das lideranças comunitárias na gestão escolar.

A análise documental também permite identificar lacunas na monitoria e avaliação das práticas implementadas. Embora existam indicadores de desempenho e metas nacionais, a sua aplicação a nível distrital nem sempre é consistente, tornando difícil medir o impacto real das políticas. Nos distritos em estudo, as discrepâncias entre os objectivos traçados e os resultados alcançados refletem a necessidade de um acompanhamento mais próximo, alocação de recursos adequada e capacitação contínua dos professores.

Em síntese, a análise dos documentos das políticas educacionais em Moçambique revela um quadro estratégico sólido, mas cuja implementação enfrenta desafios significativos nos distritos em estudo. O sucesso da Educação formal depende da capacidade de adaptar políticas nacionais as realidades locais, valorizando os saberes comunitários, fortalecendo a formação docente e promovendo maior participação social na gestão escolar, de forma a garantir que os objectivos de equidade, inclusão e qualidade sejam efetivamente atingidos.

6. Conclusão

A discussão dos resultados evidência que a valorização dos saberes locais e da educação comunitária pode contribuir significativamente para a promoção da educação formal em Moçambique. No entanto, ainda existem barreiras institucionais, curriculares e estruturais que dificultam essa integração. O reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais é crescente tanto em políticas moçambicanas, africanas quanto globais, mas com desafios operacionais para a sua implementação.

A construção de um modelo educacional mais inclusivo e contextualizado requer esforços conjuntos entre governos, escolas, professores e comunidades. Como destaca Freire (2021), “a educação só faz sentido quando contribui para a transformação social”, e essa transformação começa com a valorização dos saberes locais no ensino formal.

De forma geral conclui-se desconexão entre a educação formal e os saberes locais, pois professores, líderes comunitários, pais/encarregados de educação e estudantes indicaram que

os conteúdos escolares não reflectem a realidade local, falta de formação dos professores e materiais didácticos

Apoio da Comunidade para Integração dos Saberes Locais: Líderes comunitários e pais são favoráveis à inclusão dos saberes tradicionais no currículo, mas apontam a falta de diálogo entre a escola e a comunidade.

Interesse dos Estudantes pela cultura local: Mais de 80% dos estudantes querem aprender mais sobre sua cultura na escola, mas percebem o ensino como distante de sua realidade.

Necessidade de Políticas Públicas para Fortalecer a Educação Comunitária: tanto professores quanto pais e líderes comunitários acreditam que o governo deve investir na capacitação dos professores e na criação de materiais didácticos adequados para a integração dos saberes locais na educação formal.

Referência Bibliográfica

ADPP Moçambique. (2025). Promoção da Educação Inclusiva e Igualdade de Género.

Altinyelken, H. K. (2022). Post-colonial influences on African education: pedagogy and participation in context. Routledge.

Atalia Mondlane & Ibraimo, F. (2022). O estado de arte sobre as pesquisas realizadas com o Currículo Local em Moçambique. África (s) – Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África.

Basílio, G. (2012). O Currículo local nas escolas moçambicanas: estratégias epistemológicas e metodológicas de construção de saberes locais. Educação e fronteiras, 2(5), 79-97.

Basílio, G. (2023). Os saberes locais e o direito costumeiro no Currículo em Moçambique: uma fundamentação epistemológica. Kwanissa: Revista de Estudos africanos e afro-brasileiros, 6 (14), 100-120.

Bhabha, H. K. (2021). The location of culture (Updated ed.). Routledge.

Brock-Utne, B.(2023). Whose education of culture? The recolonization of the African mind. African Minds.

Capece, J. A. (2018). The Knowledge of local Communities and School Knowledge: In Search of a Didactic Transposition in Natural Sciences. Universal Journal of Education Research, 6(1), 132-138.

Creswell, JW, & Poth, CN (2018). Inquerito qualitativo e design de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens (4ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Dei, G. J. S. (2020). Indigenous knowledge and the integration of African education. Springer.

Freire, P. (2021). *Pedagogia do oprimido* (50th Anniversary Ed.) Bloomsbury Publishing

Global Partnership for Education. (2022). *Mozambique ESP implementation report*.

Gonçalves, B., Tomás, A., & Jota, J. C. (2024). Os desafios da Educação em Moçambique na era digital: do modelo da memorização ao desenvolvimento da autonomia do aluno. *Revista Educação*, 24(19939), 106-119.

João Lucas, G. C., & Lucini, M. (2024). The local curriculum as a way of including traditional knowledge: the case of Mozambique (2023-2024). *Journal of Research and Knowledge Spreading*.

Langa, R. (2021). Factores sócio culturais e abandon escolar em Moçambique. *Revista de Educação e Sociedade*.

Lemos, F. (2023). “O papel da Educação Contextualizada no Desenvolvimento Sustentável”. *Jornal de Políticas Educacionais e Sustentabilidade*, 12(4), 90-105.

Maquile de Melo, C. E., & Subuhana, C. (2020). O acesso à educação formal como alternativa às desigualdades de género em Moçambique. *Revista África e Africanidades* XIII(35).

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. (2020). *Plano Estratégico da Educação 2020-2029*.

Morgan, DL (2019). *Grupos focais como pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Londres: Sage.

Nsamenang, A. B. (2021). *Developmental science and African education: Bridging local and global perspectives*. Cambridge University Press.

Obanya, P. (2020). *African Education in the 21st century: policies and challenges*. CODESRIA.

Patton, MQ (2015). *Métodos qualitativos de pesquisa e avaliação* (4ªed.) Thousand Oaks, CA: Sage.

Santa Sé. (2019). *Pacto Educativo Global. Un pacto para la educación global: Un compromiso por el futuro de la humanidad*. Vaticano.

Serpell, R., & Boykin, A. W. (2021). *Cultural contexts of learning and development in Africa*. Oxford University Press.

Spradley, JP (2016). *Observação Participante*. Long Grove, IL: Waveland Press.

UNESCO (2020). *Plan of action: Strategic Education Plan for Mozambique 2020-2029*. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano/UNESCO.

UNESCO. (2020). *Mozambique approves its Strategic Education Plan for the next 10 years (2020-2029)*.

UNESCO. (2022). *Education policy review: Mozambique*.

UNESCO. (2023). How UNESCO is helping youth and adults return to primary education in Mozambique. UNESCO.

UNESCO. (2023). Integrated Approach for Adult Education Programme, Mozambique. UNESCO Mozambique & Parceiros.

UNICEF. (2024). Moçambique: Educação de qualidade continua um desafio. Agência de Informação de Moçambique.